

| |
|---|
| Assembleia da República Gabinete do Presidente |
| N.º de Entrada <u>910</u> |
| <u>050103111</u> |
| Data <u>04.02.03</u> |



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

2004 02 04

[Handwritten signature]

Exmo. Sr.
Presidente da Assembleia da República
Dr. João Bosco Mota Amaral

Requerimento n.º 800/IX (2ª) - AC

Assunto: Encerramento de Postos e Estações de Correios

Apresentado pelos deputados: Marques Júnior, Rosalina Martins e Fernando Cabodeira.

O processo de reestruturação dos CTT poderá implicar o encerramento de postos e estações de correios de Norte a Sul do país. Esta medida, afectará não só os trabalhadores da empresa, que vêm os seus postos de trabalho ameaçados, mas também põe em causa a qualidade do serviço público.

Antes de ser tomada qualquer decisão governamental sobre uma matéria tão delicada, exige-se que sejam prestados todos os esclarecimentos às populações locais.

Sabe-se que na base desta reestruturação estará a intenção do Governo de colocar nas mãos de entidades privadas a prestação daquele serviço público, com cobertura nacional, que actualmente é assegurado por centenas de balcões dos CTT. A concretizar-se, essa mudança merece o mais vivo repúdio.

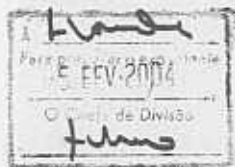
No distrito de Viana do Castelo, perspectiva-se o encerramento de várias estações e postos dos CTT, o que está já a motivar um profundo descontentamento por parte das autarquias locais e respectivos municípios.

Este cenário é vivido com particular preocupação pelos municípios de Melgaço e Paredes de Coura, uma vez que se fala no encerramento daqueles balcões instalados nas sedes dos respectivos concelhos.

Conhecedores dos legítimos receios dos autarcas, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eleitos pelo Círculo de Viana do Castelo, abaixo-assinados, vêm, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais em vigor, requerer aos Ministros das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e da Economia, que lhes sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

Por Autorização do Sr. Secretário
o Presidente da A. R. a Deputado
04.02.03

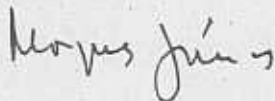
[Handwritten signature]




1. De acordo com os índices de qualidade publicamente divulgados, os CTT são uma instituição "bem vista" pelos portugueses. Qual a razão da alegada entrega deste serviço público a entidades privadas?
2. Não estaremos perante uma atitude altamente lesiva para as populações, levada a cabo por uma empresa de capitais públicos, que tem a obrigação de garantir um serviço público universal?
3. Que justificação estará na base da propalada intenção de encerrar os balcões dos CTT das sedes concelhias de Melgaço e Paredes de Coura?
4. Quais as razões que levaram os CTT ao silêncio perante os reiterados pedidos de esclarecimentos por parte dos autarcas do Vale do Minho?
5. Que garantias existem de que a referida reestruturação dos CTT não porá em risco milhares de postos de trabalho dos actuais funcionários da empresa?
6. Dos cerca de quatro mil postos dos CTT e mil estações de correios espalhados pelo país, quantos estão em vias de ser encerrados e quais os critérios subjacentes a essa escolha?

Assembleia da República, 3 de Fevereiro de 2004

Os deputados



Marques Júnior



Rosalina Martins



Fernando Cabodeira